

Política do 'tudo para magistratura' prejudica servidores do holerite às condições de trabalho

Assembleia setorial da Justiça Federal é nesta quarta (5), 19h30; reunião será virtual, pelo Zoom

O Sintrajud está convocando os servidores e servidoras da Justiça Federal para uma assembleia setorial nesta quarta-feira, 5 de fevereiro de 2025, às 19h30. A assembleia será virtual, pela plataforma Zoom.

A pauta traz quatro pontos centrais para debate:

1) Condições de trabalho: o que fazer diante dos recentes problemas;

2) Jornada de trabalho: iniciar a discussão já em curso no TRT-2 pela redução da jornada face aos avanços na produtividade;

3) Residência jurídica: recém-instituída pela administração na JF, na prática abre caminho para substituição de servidores e nepotismo; vem após o STF pôr em risco o regime estatutário com sua decisão sobre o RJU;

4) PCCS: próximos passos da luta pela Carreira com reposição das perdas.

Desafios para 2025

A assembleia também será o momento de debater a preparação das lutas conjuntas de 2025. Este mês entra nos

ASSEMBLEIA SETORIAL DA JUSTIÇA FEDERAL



05.02
quarta

19h30

Acesso Online pela Plataforma Zoom

Condições de trabalho, jornada, residência jurídica e luta pelo PCCS



Escaneie o QR Code e acesse a sala

 /sintrajud
sintrajud.org.br

contracheques a última parcela do reajuste de 2023. Não há mais previsão orçamentária para reposição das perdas dos servidores e tampouco para reestruturação da carreira.

Não está assegurada nem a mudança no Adicional de Qualificação, único avanço no Fórum de Carreira do CNJ: depende de disponibilidade orçamentária, em meio ao ajuste fiscal antipovo imposto pelo governo Lula/Alckmin.

Reagir

É neste cenário que a vergonhosa política de gestão que

preconiza 'tudo' para magistratura segue a todo vapor no PJU — inclusive ganhando destaque e denúncias nas mídias.

Essa política tem reflexos diretos na vida profissional dos servidores e servidoras, do holerite às condições de trabalho. Iniciar a construção da luta para enfrentar este momento, de olho nas demandas locais por condições de trabalho, defendendo a Carreira e o regime estatutário e pressionando para pôr as pautas da categoria no Orçamento é o objetivo da assembleia desta quarta-feira (5).



Ato em frente ao Fórum Pedro Lessa ano passado: é preciso retomar as lutas em 2025

Com decisão do STF, luta pela Carreira (PCCS) precisa estar colada à defesa do regime estatutário (RJU)

Já a Residência Jurídica é mais um modelo de contratação que burla o concurso público e à margem do RJU, sob o duvidoso argumento de ‘programa de ensino’

A decisão poderá ter efeitos devastadores sobre os serviços públicos se não for enfrentada e combatida. É o que alerta a direção do Sintrajud diante da decisão do Supremo Tribunal Federal que, em novembro passado, validou contestado item da ‘reforma’ administrativa de 1998 (FHC).

Trata-se da emenda constitucional que permite a contratação de servidores por fora do Regime Jurídico Único. A decisão não acaba com o RJU, mas autoriza concursos públicos cujos editais prevejam o regime celetista (CLT), e não o estatutário. Também põe em xeque o direito à estabilidade de quem for assim contratado.

É nesse contexto que a administração da Justiça Federal na 3ª Região publicou portaria

para contratar 300 residentes jurídicos. Outro modelo precarizado, sem concurso público, que pode dar margem a nepotismos, com vagas a serem ocupadas por pessoas “que estejam cursando especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado ou, ainda, que tenham concluído o curso de graduação há no máximo 5 (cinco) anos”.

A explicação do que é a residência jurídica é genérica: “treinamento em serviço, abrangendo ensino, pesquisa e extensão, bem como o auxílio prático aos magistrados e servidores do Poder Judiciário”. Indicando, assim, mais um formato de contratação que tende a substituir servidores e emperrar a convocação de concursados.

RJU

No contexto mais geral, a decisão do STF abre caminho para implementação na prática de uma nova ‘reforma’ administrativa. Caso seja aplicada, haverá servidores com direitos e servidores sem direitos trabalhando lado a lado.

Quem já está nos serviços públicos também corre riscos. Afinal, a possível fragmentação da categoria e a desigualdade de direitos cria um ambiente ideal para mais ataques, com a desvalorização de cargos e carreiras.

Deste modo, a luta pelo PCCS, pela reestruturação das carreiras com reposição das perdas salariais hoje é indissociável da defesa do regime estatutário (RJU) e da estabilidade. E é urgente organizar a reação e as respostas coletivas da categoria a tudo isso.